

INCLUSÃO DIGITAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS E PARADOXOS

Adilson Vaz Cabral Filho
Eula Dantas Taveira Cabral

Resumo

A noção de inclusão digital compreende a expansão de infraestrutura e equipamentos, para o incremento de indicadores sociais em educação, emprego, dentre outras áreas. Entretanto, não dialogam com experiências de radiodifusão comunitária, digitalização do Rádio e da TV e telecentros de acesso à Internet. Por sua vez, a sociedade como protagonista dos processos tecnológicos fundamenta movimentos como a Campanha CRIS, organizada em torno da Cúpula Mundial pela Sociedade da Informação, que revitaliza o Relatório McBride, publicado pela UNESCO em 1968. Este artigo se baseia em pesquisa bibliográfica e documental, analisando políticas de governos e organizações na inclusão social pelas tecnologias, bem como seus desdobramentos, prioritariamente na América Latina, evidenciando contradições, limites e paradoxos ao lidar com a inclusão social.

Palavras-chave: Inclusão Social; Inclusão Digital; Digitalização das Comunicações; Políticas de Comunicação; Apropriação Social das TICs.

Abstract

The concept of digital inclusion includes expansion of infrastructure and equipment, for the development of social indicators on education, employment, among other areas. However, they are not connected with experiences of community broadcasters, Radio and TV digitization and Internet access telecentres. The society, as protagonist of technological processes, is the basis of movements as the CRIS Campaign, organised around the World Summit on the Information Society, which revitalizes McBride Report, published by UNESCO in 1968. This article is based on bibliographical and documental research, analyzing governments and organizations policies in social inclusion by technologies, as well as its ramifications, primarily in Latin America, spotlighting contradictions, limits and paradoxes in dealing with social inclusion.

Keywords: Social Inclusion; Digital Inclusion; Media Digitalization; Communication Policies; Social Appropriation of ICTs.

Inclusão digital como inclusão social

Nem sempre articuladas, mas comumente associadas, as concepções de inclusão social e inclusão digital implicam num debate conceitual de fundo diretamente relacionado ao projeto de sociedade que se compreende no jogo político, mas também na formulação, visibilidade e sustentabilidade de políticas públicas que governos dos diversos países, em distintas regiões, se dispõem a empreender.

As ações necessárias para a inclusão social envolvem diversas áreas, como saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc. Oferecer saúde à população não é simplesmente oferecer determinados tipos de remédios ou médicos, pautados numa determinada concepção de saúde ou corpo, mas sim proporcionar o acesso ao sistema de saúde oferecido pelo Estado ao conjunto da população. Poderíamos dizer o mesmo da escola em relação ao processo educacional, das moradias em relação ao sistema educacional, etc.

Incluir, da perspectiva tecnológica, envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins.

Permanece a carência de um conceito de inclusão digital mais amplo, que proporcione uma dimensão social e política para o papel que a tecnologia representa para a sociedade. Este processo implicaria numa reorientação estratégica de posicionamento em relação ao que costumeiramente constitui o propósito dos projetos de inclusão digital, pois, ao invés de serem apresentados a um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade ela mesma deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se, assim, sujeitas do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania.

Nesse sentido toda uma linha de pesquisadores no campo da comunicação comunitária vem desenvolvendo suas pesquisas e chegando a suas conclusões, apontando metodologias de trabalho. Santoro (1989, p. 113) já apontava a necessidade de trabalhar com o vídeo popular no sentido de colaborar “para que as classes populares possam expressar a sua própria visão de mundo, informar-se,

registrar sua história". Peruzzo (1998) salienta que o poder é a questão central da temática da participação, devendo ser ele solidário e partilhado, formado por características participativas da sociedade propostas por Pedro Demo, dentre as quais destacamos as idéias de que "o poder vem de baixo para cima, sendo detentor dele o próprio movimento [...] quem está no poder não é dono dele, tendo-o recebido da comunidade, por delegação" (DEMO apud PERUZZO, 1998, p. 88).

Uma cúpula e muitas vozes

Publicado pela UNESCO em 1968, o Relatório McBride, intitulado Um mundo e muitas vozes, constituiu-se num conjunto de reflexões cruciais para a compreensão da comunicação como estratégica para a sustentação do poder dominante na economia e na política (UNESCO, 1983). Foi um primeiro esforço de compreensão de um organismo multilateral no sentido de evidenciar a importância da Comunicação para a sociedade no cenário mundial. Passados mais de 40 anos, o cenário restritivo descrito por seus elaboradores, bem como suas demandas e possíveis formas de superação, continuam bastante pertinentes e atuais na sociedade contemporânea.

Por sua vez, a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) - ocorrida em dezembro de 2003, em Genebra, e novembro de 2005, na Tunísia – constituiu-se num espaço fundamental de interlocução entre governos, sociedade (grupos, organizações e movimentos sociais mais relacionados com o debate comunicacional) e mercado (grupos de mídia em especial), visando ao estabelecimento de propostas (visões estratégicas e soluções táticas) para superar o distanciamento entre incluídos e excluídos no acesso e na assimilação dos meios digitais, especialmente as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Se realmente é possível considerar a CMSI como uma espécie de continuidade dos debates fomentados em torno e a partir do Relatório McBride, na medida dos esforços no âmbito das relações multilaterais, por outro lado há muito o que se recuperar em termos da capacidade de

análise e concepção de um cenário que evidencie a problemática da comunicação e suas tecnologias no cenário contemporâneo, afirmando a crítica necessária ao atual estágio de concentração dos meios e as possibilidades reais de superação desse desequilíbrio.

Para José Marques de Melo (2008, p. 43), apesar de o Relatório McBride representar um símbolo da guerra-fria, parecendo condenado ao limbo histórico, “ele vem suscitando instigante re-visita neste momento em que a comunidade internacional discute o estatuto da sociedade da informação”, referindo-se à CMSI quando afirma que “algumas teses debatidas na recente Conferência de Genebra sobre a inclusão digital estão ancoradas nos mesmos problemas diagnosticados pela Comissão MacBride”, já que ambas as iniciativas tratam de um mesmo cenário de exclusão do acesso, do controle, da produção e da circulação de informações a partir das tecnologias existentes.

Venício Lima (2008, s./p.) considera o Relatório McBride como

o primeiro documento oficial de um organismo multilateral que não só reconhecia a existência de um grave desequilíbrio no fluxo mundial de informação e comunicações, mas apresentava possíveis estratégias para reverter a situação.

Para o autor, o Relatório “alavancou a discussão sobre os desequilíbrios do fluxo de informação e comunicações também em níveis regional, nacional e local”, dando origem “ao movimento que culminou com a realização, em duas etapas, da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em Genebra (2003) e em Tunis (2005)” (LIMA, 2008, s./p.).

Uma análise mais detida sobre resultados e desdobramentos da CMSI, manifesta nos seus documentos finais, a saber: a Declaração de Princípios e o Plano de Ações, evidencia o tanto a desejar de suas articulações e o outro tanto a se construir a partir dos processos derivados de suas resoluções. Ao longo de sua preparação e durante suas duas fases foi possível acompanhar a mobilização e a disposição de governos, empresas de comunicação e integrantes da sociedade civil para o debate em torno de seus temas e a formulação de propostas

capazes de proporcionar a concretização da chamada sociedade da informação, nos moldes tais como a concebiam.

Diferente das outras Conferências temáticas realizadas pela ONU desde a Rio 92, sobre meio-ambiente, esse evento contou com uma participação mais ativa de integrantes não governamentais, que antes somente assistiam aos debates, mas não se inseriam nos processos de realização da Cúpula e seus debates específicos. O maior envolvimento de diversas organizações da sociedade civil, de diferentes setores e temáticas sociais, permitiu compreender que a afirmação da sociedade da informação através da chamada inclusão digital deveria levar em conta a inclusão da sociedade, no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades e seus interesses.

Nesse espírito foi que, ao final da Cúpula oficial, representantes de organizações da sociedade civil lançaram a Declaração da Sociedade Civil em Genebra, intitulada Construir sociedades da informação que atendam necessidades humanas, na qual ressaltam que “nossas opiniões e o interesse geral que expressamos coletivamente não estão adequadamente refletidos nos documentos da Cúpula”, na medida em que se empenham numa concepção de desenvolvimento baseado nos direitos humanos fundamentais, “orientado a alcançar uma distribuição mais equitativa dos recursos, que conduzam à eliminação da pobreza de forma ambientalmente sustentável e não exploratória” (SELAIMEN e LIMA, 2004, p. 87-88).

Mas também foi o espaço em que se constituiu o Fórum de Governança da Internet (FGI), a partir do Grupo de Trabalho em Governança da Internet. Segundo Claudia Padovani (PADOVANI, 2005), em Genebra foi feita uma escolha formal pela criação do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet, pela necessidade de uma reflexão posterior sobre essa questão controversa, com base “num processo aberto e inclusivo [...] (para assegurar) completa e efetiva participação” (PADOVANI, 2005, p. 41, tradução do autor).

Foram realizadas várias reuniões preparatórias para a Cúpula, com participação de governos, empresas e sociedade civil, visando à definição de encaminhamentos, à distribuição de tarefas e ao

delineamento de políticas capazes de colocar em prática os anseios da sociedade mundial. Resultaram nos documentos citados e no desdobramento de políticas em torno do FGI, que teve encontros anuais na Grécia (2006), no Rio de Janeiro (2007) e na Índia (2008), mobilizando governos e blocos regionais no mundo inteiro, voltados para a implementação de políticas nacionais para o cumprimento das metas estabelecidas na Cúpula.

Assim, na reunião mais recente, realizada em Hyderabad, Índia, o FGI (2008, p. 9, tradução minha) reafirmou seu tema geral "Internet para todos", junto com seus sub-temas: "chegar ao próximo 1 bilhão", "fomentar a segurança e a confiança no ciberespaço" e o "fomento da segurança, da privacidade e da abertura", concebendo a Internet na melhora de nossa qualidade de vida e na contribuição ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, considerando suas implicações para os ajustes necessários por parte das políticas nacionais e acordos regionais em áreas distintas, como educação, desenvolvimento sustentável, propriedade intelectual, etc.

Todos os esforços realizados pelo Fórum de Governança da Internet, que se estrutura em Coalizões Dinâmicas formadas por representantes tripartites em todo o mundo, são voltados à viabilidade de estabelecer a afirmação de Direitos e uma política de governança da Internet que incorpore o conjunto dos países do planeta. Nesse sentido é que são trabalhadas a Coalizão Dinâmica sobre a Carta de Direitos da Internet (<http://www.internet-bill-of-rights.org/>) e o debate em torno de referências para os Princípios da Internet, para o qual foi criado um fórum on-line de discussões para participantes de todas as outras Coalizões Dinâmicas, e suas temáticas serão trabalhadas em evidência na próxima edição do FGI, a ser realizada em 2009, no Egito.

O debate conceitual

Uma série de autores relacionados às temáticas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e seus impactos na sociedade, bem como às tendências vinculadas as suas áreas de posicionamento

nos campos de conhecimento aos quais pertencem foram sistematizados por Druetta (2004, p. 18):

informatização da sociedade (Nora e Minc), sociedade da comunicação (Vattimo), revolução informacional (Miège), informacionalismo (Castells), era da pós-informação (Negroponte), sociedade do conhecimento (Drucker, Lévy) [...] dentre outros.

Em geral trabalha-se a perspectiva de uma inclusão que diz respeito à expansão das tecnologias num contexto em que o mercado desempenha o papel de estabelecer novos negócios e fomentar inovações para a sociedade, cumprindo também o papel de dar conta de diferentes e necessárias funcionalidades, mas adequando a sociedade numa perspectiva meramente consumidora.

Segundo Matellart (2002, p. 55), os aspectos relacionados à constituição da sociedade da informação se apresentavam em três vertentes: "o enfrentamento planetário entre Leste e Oeste, os termos do debate sobre a noção de informação e o lugar que as novas tecnologias da memória ocupam na história das civilizações". No entanto, o debate sobre a sociedade da informação, sendo concebida como simplesmente o amplo acesso aos aparatos tecnológicos para o desenvolvimento de competências técnicas por parte das populações mundiais, é uma imagem que não faz mais parte nem dos debates travados entre governos, empresas e organizações da sociedade civil, no âmbito da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação.

Não é possível conceber uma Sociedade da Informação ou da Comunicação imbuída do espírito de estimular o conhecimento de seus integrantes, sem que seus conteúdos não sejam compartilhados como bem comum, para aqueles dispostos e interessados em participar de projetos integrados numa perspectiva social, capazes de aglutinar tais perspectivas.

Um conjunto de organizações sociais capazes de aglutinar tais perspectivas tem, no campo comunicacional, diversas possibilidades sociais de atuação e aproveitamento: em primeiro lugar, a capacidade de pautar a temática comunicacional em outras áreas de atuação, de

desenvolver experiências capazes de envolver os mais diversos atores sociais a partir de espaços já existentes, sejam eles autônomos, com apoio da iniciativa privada ou mesmo no âmbito governamental (canais universitários ou governamentais de TV a Cabo, conselhos ou grupos de trabalhos nos quais se contemple a participação da sociedade civil ou a própria luta pela expansão desses espaços) e, também, aprimorar-se na capacitação tecnológica, jurídica e organizacional para vislumbrar experiências e regulações democratizantes, assumindo este como objetivo último, mas tendo-o como consequência do fortalecimento de suas ações.

O entendimento do papel protagonista da sociedade, na perspectiva de uma apropriação social das TICs que remeta à afirmação da cidadania por parte da sociedade nos diversos países, assegurada na compreensão de determinados eixos, expressos na Campanha CRIS (sigla em inglês para a expressão Sociedade da Informação pelos Direitos à Comunicação): desenvolvimento sustentável; governabilidade democrática; alfabetização, educação e pesquisa; direitos humanos; conhecimento global de domínio público; diversidade cultural e linguística; segurança da informação.

O debate sobre a necessidade de efetivação do Fundo de Solidariedade Digital, proposto na CMSI pelo Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, evidencia a atual indisposição dos países em afirmar o acesso amplo da sociedade às tecnologias disponíveis, reforçando o abismo existente entre incluídos e desprovidos do acesso à Internet, suas ferramentas e recursos. O Fundo de Solidariedade Digital teria como membros representantes do governo e da sociedade civil de todo o mundo e seria financiado pelos governos.

Este projeto pretende acabar com a brecha digital, dando orientação às pessoas através dos meios de comunicação tradicionais e comunitários, não unicamente à Internet. As doações e possíveis contribuições que a iniciativa privada e os governos poderiam proporcionar exerceriam um importante papel no desenvolvimento tecnológico da África. No entanto, o estágio atual do Fundo é que, sendo

uma iniciativa voluntária em relação às empresas e países, a adesão vem sendo feita de modo limitado pelos países.

Na Agenda para a Sociedade da Informação, aprovada na segunda fase da CMSI, em novembro de 2005, na Tunísia, reconhece-se o Fundo de Solidariedade Digital como um

mecanismo de financiamento de natureza voluntária, aberto a agentes interessados [...] enfocando principalmente necessidades específicas e urgentes no nível local e buscando novos caminhos voluntários de finanças solidárias (TUNIS, 2005, p. 6).

Sobre marcos e princípios

Os mais diversos processos de assimilação das TICs por parte de pessoas, grupos e organizações são frequentemente tidos como incorporação de um conhecimento já consolidado. A apropriação das TICs no âmbito social proporciona um diferencial de qualidade nesse processo, agregando experiências das mais diversas e proporcionando uma formação de bases mais sólidas, voltadas para a afirmação da comunicação democrática.

Uma primeira característica da apropriação social das TICs é que, sendo uma atividade de grupo ou mesmo coletiva, sua proposta não está relacionada a da propriedade, ou ainda, à ideia de se apropriar das TICs em benefício próprio, para levar vantagem ou se diferenciar do restante do coletivo, tornando-se especial ou mais capaz. Se a apropriação referida não tem relação com a propriedade de um conhecimento transmitido para benefício próprio, não se trata, portanto, de promover a assim chamada inclusão digital, termo que ganhou popularidade entre as organizações que desenvolvem projetos afins. Incluir é pressupor algo que se tem e se pretende passar para alguém. Apropriar-se, além de reconhecer co-participação, implica em conscientização a respeito das possibilidades e necessidades de uso. Trata-se, portanto, muito mais do que uma mudança de bandeira ou de foco, mas da afirmação de valores democratizantes num processo comunicacional na relação de indivíduos com as tecnologias, através da

utilização de recursos e serviços, bem como de indivíduos e grupos entre si.

Tal iniciativa tem origem nas próprias experiências de comunicação popular dos anos 70 e 80, e também na comunicação comunitária dos anos 90 do século passado, responsáveis por originar diversos grupos que proporcionaram olhares sobre um Brasil que se rearticulava e se repensava na descoberta do uso dos meios e no desenvolvimento de histórias de sua própria gente, cujos enredos não tinham espaço para exibição na mídia corporativa, revelando o que para Martín-Barbero (1997) representa "o mundo da cotidianidade, da subjetividade, da sexualidade [...] o mundo das práticas culturais do povo: narrativas, religiosas ou de conhecimento" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 244).

Outro aspecto relevante da apropriação social é vital para esclarecer esse contexto: a efetiva apropriação social dos meios, veículos e produtos de comunicação comunitária é inversamente proporcional à capacidade de serem desenvolvidas novas concentrações no âmbito da sociedade civil. Para Holloway (2003), que conduz sua obra como denúncia de uma prática equivocada ou mesmo oportunista por parte das forças de esquerda (no sentido de perpetuar ou ter acesso ao poder tal como ele se configura) ao longo da história, a luta a ser travada não é

para fazer nossa a propriedade dos meios de produção, mas para dissolver tanto a propriedade como os meios de produção: recuperar ou, melhor ainda, criar a sociabilidade consciente e segura do fluxo social do fazer (HOLLOWAY, 2003, p. 307).

A relação da Comunicação com os Direitos Humanos e a formulação de Políticas Sociais também é estritamente relevante na nossa atuação. A Comunicação pode ser compreendida e reivindicada como um direito humano que se constitui num componente determinante e comum a vários setores sociais, relacionada diretamente à construção de identidades e à produção de sentido nas relações cotidianas, sendo capaz de contribuir para o incremento da qualidade

nesses diferentes contextos e a própria valorização de outros direitos humanos fundamentais.

O entendimento de que esta atividade se trata de um direito humano, tal como outros relacionados a áreas como saúde e educação, diz respeito não apenas ao exposto no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que afirma que “todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”. A complexidade do processo comunicacional na sociedade contemporânea incide na incorporação do acesso aos meios existentes para a interlocução social em níveis variados, a despeito de toda sorte de impedimentos pelo capital monopolista e oligopolista ou por governos autoritários.

A formulação de políticas públicas emanadas da sociedade é diretamente proporcional à capacidade de compreensão da importância da comunicação, bem como a consequente reivindicação de direitos e garantias por parte de setores organizados da sociedade para tal fim. Incide em setores tais como a universalização de serviços como os de radiodifusão, telecomunicações e Internet banda larga; criação e disseminação de telecentros, pontos de cultura e os recentes pontos de mídia livre; estruturação do sistema público de comunicação, envolvendo rádio, TV aberta e a cabo; capacitação para os meios, dentre outras áreas.

A posição brasileira em relação à nova sociedade da informação mundial e o que o governo vem fazendo para que ela se torne realidade no país foi apresentada em Genebra, 2003, na primeira parte da Cúpula e vem sendo debatido pelo governo desde a criação do Grupo Interministerial de Trabalho para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Esse preparo do governo foi acompanhado, mesmo que de forma distante, pela sociedade civil, que verificou nas reuniões preparatórias para a Cúpula de Genebra uma vocação para a

tecnologia por parte das prioridades governamentais. Pois, é notória a maior visibilidade da representação que a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) ganhou no Grupo Interministerial de Trabalho para a Preparação da Participação do Brasil na CMSI, onde a instância técnica está sendo tida como prioritária, embora seus integrantes não assumam essa tendência.

Conforme o Embaixador Pinheiro Guimarães Neto, em seu discurso na Cúpula, a presença do governo brasileiro se deve ao fortalecimento dos ideais humanitários defendidos pela ONU e à igualdade soberana dos Estados, sendo que, conforme se debateu em Genebra, as novas tecnologias proporcionam a universalização do acesso à informação e a apropriação do conhecimento. Além de contribuírem para a superação da fome, da pobreza e do atraso em todos os países, superando etapas de desenvolvimento e promovendo o crescimento econômico e a justiça social. Para o governo brasileiro, “a construção de uma Sociedade da Informação realmente inclusiva demanda o estabelecimento de um modelo multilateral, transparente e democrático de Governança da Internet, no qual todos os países tenham voz e capacidade de influência” (DISCURSO, 2003, s./p.).

Como afirmou o Ministro Interino, a exclusão digital é uma nova forma de exclusão social e, na medida em que provoca muitas desigualdades, o governo brasileiro transformou a inclusão digital em política pública. “O Governo brasileiro vem investindo em um Programa de Governo Eletrônico, atento às possibilidades oferecidas pela Internet para a prestação de serviços públicos à população, em especial para os setores marginalizados” (DISCURSO, 2003, s./p.). Hoje já é possível votar com maior rapidez e segurança, graças ao sistema eletrônico de votação e de apuração eleitoral; a informatização no setor público passou a possibilitar a utilização adequada das tecnologias nos setores públicos, como as declarações de Imposto de Renda que já podem ser transmitidas pela Internet sem tantos problemas.

Essa tecnologia precisa estar disponível para todos, preservando seu acesso a um número cada vez mais amplo de pessoas, compatível

com nossa diversidade cultural e social e impulsionada por iniciativas de distintos matizes.

O primeiro fator a ser considerado - nosso farto potencial humano - é poderoso em termos quantitativos e qualitativos. Temos abundância de mão-de-obra jovem, a qual vive na expectativa de empregos que a valorize (SANTOS, 2001, p. 420),

afirma Hélio Santos, ao apresentar um de seus pressupostos para um Brasil Unificado, no qual compreende estratégias e ações para o combate à desigualdade racial no país, que incide na desigualdade social, mas nela não se resume.

Sobre políticas e processos

O eLAC2007 é o Plano de Ação Regional sobre a Sociedade da Informação para América Latina e Caribe para o período de 2005 a 2007 (MONITOREO, 2007). É uma agenda que trabalha com a importância das TICs para o desenvolvimento econômico e social da região. Trabalha com 30 áreas temáticas com 70 atividades a curto prazo, contribuindo com a implementação de longo prazo do Plano de Ação global da CMSI, levando em consideração os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Considera-se uma ferramenta que intermedeia as necessidades dos países da região e o ritmo de desenvolvimento mundial.

As metas do eLAC2007 se estruturam dentro de cinco áreas críticas de ação identificadas pelos países da região: o acesso e inclusão digital, a criação de capacidades e conhecimentos, a eficiência e transparência dos conteúdos e serviços públicos, os instrumentos de política e o entorno habilitador. As atividades apontam três tipos de benefícios potenciais: potenciar projetos regionais; impulsionar estratégias; e aprofundar conhecimento.

No documento Monitoreo del eLAC2007: avances y estado actual del desarrollo de las Sociedades de la Información en América Latina y el Caribe (2007) fez-se um quadro analisando o grau de avanço em relação às metas do eLAC2007, levando em consideração os itens: acesso e inclusão digital; criação de capacidades e de conhecimentos;

DOSSIÊ COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

transparência e eficiência públicas; instrumentos de política; entorno habilitador. No que tange a acesso e inclusão digital, observou-se que não houve avanço nos Centros de Saúde, mas em infra-estrutura regional e em escolas e bibliotecas. Há um avanço moderado nas metas trabalho e tecnologias alternativas, avançando-se mais em Centros comunitários e governos locais.

Em criação de capacidades e de conhecimentos, verificou-se que não houve aumento na meta ciência e tecnologia. Observou-se avanço em capacitação, empresas, indústrias criativas e de conteúdos e governança na Internet. Além disso, um avanço moderado em software e forte em redes de investigação e educação.

No item transparência e eficiência públicas, percebeu-se que não houve avanço na meta saúde-eletrônica e catástrofes. Avanço moderado em justiça eletrônica e proteção ambiental. Avanço em governo eletrônico e informação pública e patrimônio cultural e maior, ainda, em educação eletrônica. Já em instrumentos de política observou-se que não houve avanço nas metas financiamento, políticas de acesso universal e marco legislativo. Avançou-se em estratégias nacionais e mais, ainda, em Indicadores e medição. Já no item entorno habilitador, verificou-se avanço forte em relação à Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e a execução do eLAC2007.

Diante disso, chegou-se às seguintes conclusões no documento (MONITOREO, 2007, p. 7):

como a separação conceitual entre acesso, capacidades, aplicações e políticas pode levar a um enfoque não integral do desenvolvimento digital, deve-se estruturar um plano de ação de acordo com os beneficiários e destinatários do desenvolvimento regional.

Observou-se que, como existem benefícios do eLAC2007 como uma meta-plataforma público/privada de cooperação regional, é preciso manter sua importância para o desenvolvimento digital. E, no caso do desenvolvimento digital de áreas públicas, mostra uma decisiva heterogeneidade entre países, o que leva à intensificação do

monitoramento das atividades como meio para a identificação de práticas melhores e é preciso facilitar o intercâmbio de experiências entre autoridades do setor público na região.

Conclusão

A partir deste monitoramento, percebe-se a contribuição das TICs no/como empreendimento de políticas sociais, no contexto do próprio desenvolvimento tecnológico nos países da América Latina. Concertações globais, como a CMSI, e regionais, como o Compromisso do Rio, estabelecem o posicionamento de governos em relação aos seus blocos de origem nos debates internacionais, em relação a seus países e respectivos debates internos orientadores de agendas nacionais e, por fim, em relação à sociedade beneficiária diretamente das transformações tecnológicas na ponta.

A inclusão digital se faz aqui no cotidiano social, visto que a população cada vez mais assimila benefícios, mas não só, que as tecnologias digitais proporcionam. Apropriar-se socialmente das possibilidades de uso das TICs representa também, portanto, assumir outras dimensões que não apenas aquelas relacionadas à assimilação de funções e aplicações de programas de computador, a saber: a disponibilidade de infra-estrutura (hardware, software e serviços de energia e telecom); a capacitação para utilização de recursos (formação de monitores/facilitadores e pessoas das comunidades em geral); e as soluções a partir do aproveitamento de recursos (produção de conteúdos próprios e utilização de conteúdos já existentes e disponíveis).

Colocar os recursos relacionados às Tecnologias de Informação e Comunicação no marco de políticas públicas que satisfaçam às demandas sociais possibilita um favorecimento substancial a políticas públicas nos mais variados setores. Tanto uma análise mais detida sobre o desenvolvimento de políticas públicas na América Latina, quanto os debates e resoluções em torno de dois importantes marcos no debate sobre a democratização da comunicação e a disseminação das

DOSSIÊ COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

tecnologias disponíveis as colocam em evidência com a maior tranquilidade.

O que não parece estar tão evidente é ainda o protagonismo da sociedade na formulação e na construção dessas políticas públicas. Seja em relação à efetividade dos mecanismos de co-gestão, seja na visibilidade de princípios norteadores de uma política integrada de governo, que ao mesmo tempo em que implemente transformações relevantes e louváveis na área de software livre e governo eletrônico, também incentive, legitime e proporcione sustentabilidade às diversas iniciativas de rádio efetivamente comunitária existentes no país.

Adilson Vaz Cabral Filho é Professor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense-UFF, pesquisador e publicitário. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. E-mail: acabral@comunicacao.pro.br

Eula Dantas Taveira Cabral é Analista em C&T, área de Comunicação Social, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. E-mail: eula_cabral@yahoo.com.br

Referências:

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em: 10 out. 2004.

DISCURSO proferido por Sua Excelência o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto (2003). Publicado em 10 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.camara-e.net/_upload%5CC%3%BApula%20Mundial%20sobre%20Sociedade%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 01 jul. 2010.

DRUETTA, Delia Covi. Sociedad de la Información y el Conocimiento: Entre lo falaz y lo posible. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2004.

FGI. FORO de Governanza da Internet. 2008. Disponível em http://www.intgovforum.org/cms/hydra/prog_paper_hyd.2008/SP08.S.pdf. Acesso em: 10 mar. 2009.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem mudar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003.

LIMA, Venício A. de. Nova ordem da informação: Idéia é relançada 30 anos depois. Observatório da Imprensa, São Paulo, v. 15, n. 508, 21 out. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=508CID001>. Acesso em: 10 mar. 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.

MATELLART, Armand. História da sociedade da informação. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, José Marques de. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. Logos Comunicação e Universidade - Globalização e Comunicação Internacional, Rio de Janeiro, ano 15, n. 28, p. 42-59, jan.-jun. 2008.

MONITOREO del eLAC2007: avances y estado actual del desarrollo de las Sociedades de la Información en América Latina y el Caribe (2007). Publicado em agosto de 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/29945/ResumenEjecutivo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2010.

PADOVANI, Cláudia. 2005. Civil society organizations beyond WSIS: Roles and potential of a "young" stakeholder. In: DROSSOU, Olga; JENSEN, Heike (Eds.). VISIONS in process II – The World Summit on the Information society, Geneva 2003 – Tunis 2005 (2005). Berlin: Heinrich Böll Foundation, 2005. p. 37-45.

PERUZZO, Cíclia. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTORO, Luiz Fernando. A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

SANTOS, Hélio. A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: SENAC. 2001.

SELAIMEN, Graciela e LIMA, Paulo. Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação: um tema de tod@s. Rio de Janeiro: RITS, 2004.

DOSSIÊ COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

TUNIS Agenda for the Information Society (2005). Publicado em 18 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.igfbrazil2007.br/docs/Important_Documents-Tunis_Agenda.pdf. Acesso em: 01 jul. 2010.

UNESCO. Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época. Comissão internacional para o estudo dos problemas de comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Texto recebido em 22/03/2010.
Aprovado em 28/04/2010.